

CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

Social classes in Brazil

Edison R. E. Bertoncelo

O tema das *classes sociais* sempre esteve no centro das investigações nas Ciências Sociais. Entre os autores clássicos – ao menos se nos restringirmos aos “pais fundadores” –, este tema teve indiscutível centralidade. Nos escritos de Marx e Engels, as “classes” – definidas conforme as posições ocupadas nas relações de produção – foram entendidas como os principais *atores coletivos* de reprodução e/ou transformação da estrutura social, sendo tal conceito indispensável, portanto, para a explicação da dinâmica das sociedades capitalistas modernas.

Nos estudos de Weber, “classe” (ou, mais especificamente, “situação de classe”) constituía um fator causal das oportunidades de vida dos agentes, mediadas pelo mercado – oportunidades de vida entendidas como chances típicas de um agente de se apropriar dos bens materiais e culturais socialmente produzidos –, e também servia como uma categoria analítica para interpretação dos processos de dominação política (sobretudo em seus escritos políticos).

Por fim, Durkheim produziu uma teorização acerca da relação entre solidariedade orgânica e o funcionamento “normal” da divisão do trabalho nas sociedades modernas que influenciou estudos posteriores sobre a estratificação social na tradição funcionalista. Neles, as desigualdades na distribuição de recursos materiais e simbólicos entre os atores sociais – desigualdades de classe, se por “classe” entendermos posições sociais hierarquizadas em termos de *status* ou prestígio – eram entendidas como um mecanismo de incentivo aos indivíduos mais talentosos para ocuparem as posições sociais funcionalmente mais relevantes. Essa hierarquia funcional das posições sociais e as conseqüentes desigualdades na alocação de recursos refletiam valores e crenças vigentes (DAVIS; MOORE, [1945] 1996; SHILS, 1975).

As perspectivas contemporâneas de análise de classe – que informam boa parte dos estudos de classe produzidos, inclusive, na Sociologia brasileira – emergiram a partir da década de 1950, na Europa e nos EUA, nos embates entre as correntes funcionalista, marxista e weberiana (a primeira sublinhando o consenso normativo; as outras, o conflito em torno da distribuição/apropriação de recursos) e nas disputas dentro de cada uma dessas vertentes (talvez mais intensamente dentro da tradição marxista). Mas, apesar das origens comuns nas obras dos “pais funda-

dores”, tais perspectivas de análise se desenvolveram em direções muito distintas, e o conceito de “classe” passou a significar coisas bastante diferentes, conforme a perspectiva empregada.

No Brasil, os estudos de classe estiveram intimamente associados à emergência das Ciências Sociais, sobretudo naquela modalidade que Guimarães denomina *análise de classe*. Essa modalidade constituía um estilo de investigação sociológica que buscava “interpretar e explicar os fenômenos sociais a partir do comportamento e das atitudes dos atores coletivos, referidos, direta ou indiretamente, às classes sociais [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 10). Ou seja, sua premissa principal residia na *centralidade da ação de classe* para a transformação e/ou reprodução da estrutura social. Assim, estrutura de classe e ação de classe eram tratadas como fenômenos *indissociáveis*.

Esse estilo de investigação sociológica, que surgiu nos anos de 1950, sob a influência da tradição Marxista, tornou-se a *abordagem dominante* na Sociologia brasileira, por quase duas décadas, fornecendo o aparato conceitual e analítico para a investigação do que era então considerado uma das principais (senão a principal) problemáticas de pesquisa, qual seja, compreender e explicar o processo de desenvolvimento no Brasil e as transformações sociais, culturais e políticas que ocorriam no bojo desse processo (urbanização, industrialização, mudanças na estrutura ocupacional e no perfil educacional da população, etc.). Nos estudos informados por essa modalidade de investigação, o conceito de classe era a principal *ferramenta heurística*, e as classes, os principais *agentes coletivos* de reprodução/transformação da ordem social vigente (um dos principais exemplos desse estilo de investigação é Cardoso; Faletto, 1970).

O destino dessa modalidade de estudos de classe no Brasil foi fortemente moldado pela perda de centralidade do Marxismo, na teoria social, a partir dos anos de 1970 (que refletiu na perda relativa de prestígio dessa tradição teórica na academia brasileira). Tal fato pode ser explicado por dois processos distintos, mas inter-relacionados: em primeiro lugar, o peso decrescente da força de trabalho industrial entre os despossuídos dos meios de produção, em alguns países industrializados, e a crescente diferenciação das frações não proprietárias nas estruturas de classe das sociedades capitalistas avançadas; e, em segundo lugar, as ondas de protesto social, que irromperam, em diversos países europeus e nos EUA, nessa década, e não pareciam possuir nenhuma relação significativa com a mobilização operária ou estar fundamentadas na (velha) luta de classes, ou seja, no conflito entre capital e trabalho (OFFE, 1985).

Muitos esforços foram feitos, no campo marxista, para fazer frente a esses desafios, simultaneamente teóricos e políticos (POULANTZAS, 1979). Os estudos de Erik Olin Wright (1997, 2005) são muito influentes nessa empreitada. Além de serem teoricamente sofisticados, seus estudos deram origem a diversas pesquisas comparativas, vindo a constituir o núcleo de uma abordagem denominada *neomarxista*.

Ao mesmo tempo, novas abordagens emergiam no campo da análise de classe (sobretudo nas sociologias inglesa, norte-americana e francesa) e esforçavam-se por marcar posição em relação ao Marxismo e também em relação ao estrutural-funcionalismo (para uma revisão desses debates, consultar Crompton, 2003). Com base na tradição weberiana, alguns estudos argumentavam que a abordagem marxista era insuficiente para captar as principais dimensões da diferenciação social no mercado de trabalho e unidades produtivas, que afetavam as chances de vida dos indivíduos em sociedades capitalistas contemporâneas. Em tais sociedades, os principais determinantes das divisões de classe estariam na divisão social do trabalho, mais do que nas relações de propriedade (para uma crítica a esses argumentos, consultar Parkin, 1980). Mais modestamente do que a abordagem marxista (que reivindicava a centralidade da análise de classe para a explicação da transformação social), essa perspectiva, que veio a ser denominada *neoweberiana*, confere maior ênfase à investigação dos modos como as relações de classe afetam a distribuição de chances de vida e de condições de existência dos indivíduos (GOLDTHORPE; MARSHALL, [1992] 1997).

De um ângulo distinto, a perspectiva analítica de Pierre Bourdieu rejeitava o *materialismo* e o *objetivismo* da teorização marxista. Ao invés, sustentava uma perspectiva que enfatizasse a *organização relacional* e a *multidimensionalidade* do espaço social e, ainda, as *disputas simbólicas*, cujos alvos residem na própria representação ou na “verdade”, mesmo, do mundo social (BOURDIEU, 2005).

Os estudos de classe na Sociologia brasileira têm seguido de perto os desdobramentos desses debates e também produzido inovações bastante pertinentes. É possível diferenciar três conjuntos principais de estudos de classe na Sociologia brasileira atualmente, conforme os seguintes critérios: i) a *importância conferida* à cultura ou, mais especificamente, às *disputas classificatórias* em torno da apropriação de bens materiais e culturais, em domínios diversos da vida social; e ii) a relação construída entre *estrutura de classe* e *ação de classe*.

Em primeiro lugar, há os estudos de classe que enfocam a construção de *esquemas de posições de classe*, com base em critérios *objetivos*, teoricamente fundamentados e definidos *a priori*, a fim de investigar os efeitos das relações

entre tais posições sobre aspectos diversos das oportunidades de vida de indivíduos e grupos sociais. Tais estudos estão associados especialmente às perspectivas *neomarxista* e *neoweberiana*. A despeito das diferenças teóricas e metodológicas das perspectivas que os informam, tais estudos podem ser assim agrupados, por conferirem maior ênfase ao “mapeamento” da estrutura de posições ou localizações de classe construídas como “agregados ocupacionais” (ou “agregados de emprego”), conforme as relações de emprego que caracterizam as ocupações (no caso da perspectiva *neoweberiana*) ou os direitos de apropriação do excedente (perspectiva *neomarxista*), e, então, à produção de evidências empíricas de diferenciação social.

Seguem alguns exemplos das linhas de investigação empíricas perseguidas por tais estudos: i) efeitos das posições de classe sobre as chances de mobilidade social (SCALON; RIBEIRO, 2001), realização educacional (RIBEIRO, 2011), condições de existência (RIBEIRO, 2007) e desigualdade de renda e saúde (SANTOS, 2002, 2011); ii) análise dos modos como classe, raça e gênero se entrecruzam e/ou “competem” como bases da desigualdade social (SANTOS, 2005, 2008; SOUZA; RIBEIRO; CARVALHAES, 2010); e iii) o exame das variações nas estratégias de mobilidade social conforme o gênero (RIBEIRO; VALLE, 2009).

Tais estudos têm evidenciado o efeito das relações de classes na *reprodução de estruturas persistentes de desigualdade* na sociedade brasileira. Em um deles, sobre a evolução da desigualdade de oportunidades de realização educacional e mobilidade social no Brasil, nas últimas quatro décadas, Ribeiro (2012) mostra que, embora tenha havido uma redução – ainda que pequena e inconstante – na associação entre origem social e realização educacional, a origem social de um indivíduo permanece um fator importante a conformar suas chances de alcançar uma posição de classe em sua vida adulta. Mais do que isso: ao aumento da referida associação, entre origem e destino, quando descontados os efeitos da escolarização alcançada pelo indivíduo, soma-se a diminuição dos retornos às credenciais educacionais, ou seja, a redução na associação entre escolaridade e destino, sobretudo a partir do final de 1980. A conclusão do estudo sugere uma explicação para essa evolução aparentemente paradoxal, que envolve equalização (ainda que fraca e incipiente) das chances de escolarização e persistência nas disparidades de classe nas chances de ascensão social: “em um contexto de diminuição dos retornos educacionais, *as famílias em posições de classe mais vantajosas foram capazes de garantir melhores condições de ascensão ou manutenção da posição de classe de seus filhos*” (RIBEIRO, 2012, p. 674; grifos colocados).

Um segundo conjunto de estudos privilegia a investigação dos *modos de existência e de reprodução* das coletividades de classe. Neles, “classes” são concebidas

como coletividades sociais que, em razão das posições relativas que ocupam nos planos material e simbólico/cultural, fixam balizas à sociabilidade cotidiana e conformam estilos de vida. A principal influência aqui, obviamente, é a obra de Pierre Bourdieu. No modelo teórico proposto por esse autor para o estudo das relações de classe¹, classe e *status* estão concretamente imbricados. Esse argumento tem impulsionado diversas pesquisas empíricas orientadas para a investigação das preferências e práticas de consumo em diferentes campos sociais, abarcando tanto o consumo da cultura “estabelecida” (arte, literatura e música clássica) como formas mais “mundanas” da sociabilidade cotidiana (comer fora, assistir TV e praticar esportes), com o objetivo de descrever e explicar os modos como as fronteiras de classe são continuamente traçadas, contestadas e/ou reproduzidas nas disputas classificatórias entre os agentes.

Em uma das linhas de pesquisa informadas pela perspectiva bourdieusiana, Souza (2012, p. 45) argumenta que as classes sociais devem ser definidas “por uma visão de mundo ‘prática’, que se mostra em todos os comportamentos e atitudes [...]”, contrariamente às visões que tendem a reduzi-las à dimensão econômica da vida social. É assim que o autor caracteriza os “batalhadores” como uma *nova* classe social (ao menos como uma nova fração dentro da classe trabalhadora), produto das transformações recentes no capitalismo brasileiro. Seria a classe social que está entre a “ralé” e as chamadas classes do privilégio, as classes média e alta (cujas bases de reprodução social estão assentadas *predominantemente* sobre o controle/transmissão de capital cultural e capital econômico, respectivamente). Segundo o autor, os “batalhadores” não se distinguem da “ralé” apenas pela renda ou pelo lugar que ocupam no processo produtivo, mas, sobretudo, por terem incorporado (por meio da socialização familiar e religiosa) as disposições para agir “ajustadas” ao mundo capitalista pós-fordista e “financeirizado”, como o autocontrole, a disciplina e o comportamento prospectivo (SOUZA, 2009, 2012).

Outra linha de pesquisa influenciada por essa perspectiva tem como objeto a formação das elites. Algumas das evidências produzidas nesses estudos sugerem que o “gosto burguês” (gosto por bens culturais *estabelecidos*, em matéria de arquitetura, cinema, artes, etc.) estaria na base de um estilo de vida *distintivo*, que diferencia as frações da elite paulista, relativamente mais ricas em capital

1 No modelo teórico construído por Bourdieu, há a sobreposição de três esquemas analíticos: o espaço social, o *habitus* e o espaço dos estilos de vida, sendo o *habitus* o elemento que medeia a transmutação das diferenças objetivas em signos distintivos. O espaço social é, *simultaneamente*, uma estrutura de relações objetivas que está na origem dos esquemas de percepção, classificação e ação que orientam a prática e um conjunto de lugares estratégicos a partir dos quais os agentes lutam pela apropriação de bens econômicos e culturais e em torno da distribuição dos capitais.

econômico do que em capital cultural (PULICI, 2011). Finalmente, alguns estudos conduzidos a partir do esquema proposto por Bourdieu têm se preocupado em investigar se, e em que medida, padrões de consumo podem ser descritos e explicados em termos da *distribuição e evolução* dos capitais (econômico e cultural) possuídos pelos agentes (BERTONCELO, 2010, 2013).

Em suma, estudos de classe conduzidos na Sociologia brasileira a partir de uma abordagem bourdieusiana colocam no centro da investigação a questão da *formação sociocultural das classes sociais*, sublinhando o papel da cultura (enquanto capital incorporado, objetivado e/ou institucionalizado) na conformação e reprodução das divisões de classe.

Finalmente, há um terceiro conjunto de estudos impulsionado por uma tradição mais longínqua, cujas raízes estão fincadas em uma concepção de Sociologia que tem como objeto a explicação da origem e dinâmica das sociedades capitalistas modernas. Esses estudos foram e são profundamente influenciados por aquele estilo de investigação sociológica denominada *análise de classe*, que vê nas classes sociais agentes coletivos de contestação e/ou transformação da ordem social vigente. São estudos moldados pela *tradição marxista*² – uma tradição *criativamente apropriada*, especialmente a partir dos anos de 1970, com a formação de um núcleo de estudos agrupado no CEBRAP e orientado para a exegese marxista, especialmente das obras de Gramsci, Althusser e Poulantza –, que trazem ao centro da investigação a tentativa de articular economia e política, ou seja, os processos políticos, de um lado, e a ação e os interesses das classes sociais, de outro.

Os trabalhos de Francisco de Oliveira foram pioneiros nesse processo de apropriação dos desdobramentos dos debates que então ocorriam no campo marxista, marcando profundamente os estudos que se seguiram nessa tradição, como os de Ricardo Antunes e de Armando Boito Jr. De fato, este último autor, em um artigo recentemente publicado, reivindica retomar o legado dessa tradição de estudos:

O nosso trabalho de pesquisa sobre a burguesia brasileira procura retomar a tradição marxista que hoje está quase esquecida nessa área de estudo [...]. Concebemos o conjunto do empresariado – banqueiros, industriais, fazendeiros, comerciantes – como integrantes da classe capitalista e o Estado brasileiro como uma entidade moldada, pelas suas instituições e pelo pessoal que as ocupa, para servir aos interesses fundamentais dessa classe social (BOITO JR., 2007, p. 58).

2 Aqui, sem o prefixo “neo”, de forma a salientar que não se trata principalmente de “mapear” a estrutura de localizações de classe.

Esse conjunto de estudos é marcado por diversas linhas de investigação empírica, que incluem, para citar apenas os mais recentes, os estudos sobre a ascensão do lulismo, entendido como um produto (e também uma causa) das *transformações nas relações de classe*, no bojo das mudanças do capitalismo brasileiro, sendo tais transformações entendidas ora como mudanças no interior do bloco de poder, com a conseqüente formação de uma “frente neodesenvolvimentista” (BOITO JR., 2007; BOITO JR.; GALVÃO, 2012), ora como a formação de uma “hegemonia às avessas”, em que um grupo político constituído a partir das classes subalternas age a serviço dos interesses da classe dominante, por meio do controle do Estado (OLIVEIRA, 2010; para argumentos similares, consultar Braga, 2012). Destaquem-se, ainda, os trabalhos que se voltam para a análise das condições de (e das restrições estruturais à) contestação da ordem social vigente pela ação das classes subalternas, entre os quais está um estudo conduzido por Braga sobre o papel do *precariado*, uma fração de classe cujas condições materiais de reprodução estão firmemente assentadas no capitalismo periférico, nas manifestações de junho de 2013.

O CONTEÚDO DESTE DOSSIÊ

Como se vê, o tema das classes sociais no Brasil é bastante vasto, rico e complexo, aliás, como qualquer temática nas Ciências Sociais, por isso, não se pode ter a pretensão aqui de incluir “tudo”, de esgotar a diversidade de perspectivas, modelos e estilos existentes dentro de um campo de pesquisas tão denso quanto este de que se tratou aqui. Assim, as contribuições aqui reunidas representam uma pequena parte, diga-se, uma amostra limitada, sem a intenção de ser representativa dessa diversidade de abordagens analíticas e estratégias operacionais que caracteriza os estudos de classe mais recentes nas Ciências Sociais brasileiras (sobretudo na Sociologia).

Elizabeth Silva, em seu texto intitulado “Classe social e gênero: ativos herdados e escolhidos”, tem como principal objetivo superar os limites dos estudos tradicionais de mobilidade social, que descuidam da questão do *gênero*, pois geralmente tendem a descrever os movimentos entre posições de classe comparando a origem e o destino de homens. Esse texto trata, portanto, da interseção entre classe social e gênero e, mais especificamente, dos efeitos dos ativos transmitidos pelo pai e pela mãe sobre as posições sociais alcançadas por filhos e filhas.³ A autora compara,

3 Nesse sentido, o texto dialoga com um conjunto abrangente de estudos na Sociologia brasileira que abordam essa questão. Entre outros, consultar Araújo e Scalón (2005).

ainda, os efeitos de ativos herdados e escolhidos sobre a posição ocupacional e a escolha conjugal dos indivíduos. A análise – fundamentada em dados de *survey* produzidos para a realização de um recente estudo que emprega a perspectiva de Bourdieu na investigação das relações de classe na Grã-Bretanha, atualmente⁴ – sublinha a necessidade – e a evidencia empiricamente – de se tratar o gênero como um ativo que afeta o processo de transmissão de vantagens ao longo das gerações, chamando atenção, ainda, para os limites de uma abordagem bourdieusiana, que, segundo a autora, não dá a importância necessária a esse componente, em razão de sua concepção de “normalidade” como prerequisite para a geração e ampliação de capitais.

O artigo de Carolina Pulici, “Exclusividade ou primazia das práticas mais raras: os deslocamentos multiterritoriais na socialização das classes superiores paulistas”, toma como seu objeto algumas dimensões da prática de membros da elite paulistana. O problema de pesquisa que orienta o estudo se refere aos modos como “aqueles que presumivelmente mais podem honrar os referenciais de boa conduta que prescrevem a exclusividade ou primazia das práticas mais raras logram preservar-se dos espaços densamente ocupados e do contato direto com as multidões”. Com base em um material empírico produzido por meio de entrevistas semiestruturadas com indivíduos pertencentes aos altos estratos sociais paulistanos e de análise documental, a autora evidencia como tais indivíduos logram evitar os estilos de vida ordinários, em suas práticas esportivas, nas viagens e na posse de residências secundárias que permitem sustentar seus frequentes “deslocamentos multiterritoriais”, menos sujeitos aos ritmos coletivos e ao calendário regular de trabalho. Trata-se de um texto que se apropria, de forma criativa e fecunda, da abordagem bourdieusiana.

Em “Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil”, Flavio Carvalhaes e Pedro Souza abordam a relação entre a dinâmica da desigualdade de renda do trabalho e a estrutura de classes no Brasil. A questão a que se propõe responder é bastante instigante, pois coloca um desafio aos que estudam classe social: as chamadas “macroclasses” (posições de classe resultantes da agregação de ocupações segundo quaisquer critérios) são ainda úteis para a investigação das desigualdades de renda do trabalho (e, poder-se-ia acrescentar, da variação na distribuição de chances de vida entre indivíduos e famílias)? Pois, se tais “agregados ocupacionais” empregados como *proxies* de posições de classe, sobretudo nos estudos informados pelas perspectivas *neoweberiana* e *neomar-*

4 Trata-se de *Culture, Class, Distinction*, 2009 (BENNETT et al., 2009), em que Silva é coautora.

xista, não captarem adequadamente as principais divisões que emergem do funcionamento dos processos produtivos e das relações de mercado, então não faz muito sentido continuar a empregá-los para descrever a variação das chances de vida. Ao contrário, o mais correto seria empregar esquemas mais *desagregados*, no nível mesmo das ocupações, em que poderiam ser observadas as estratégias de fechamento social, a formação de identidades coletivas, as disputas em torno da apropriação de recursos, etc. Esse é um argumento recentemente defendido na literatura sobre estratificação social, que tem como principal expoente o sociólogo norte-americano David Grusky, o qual “fundou” uma perspectiva que veio a ser denominada *neodurkheimiana*. Tal perspectiva afirma:

Organizações de classe emergem em um nível mais detalhado do que o convencionalmente utilizado. Ou seja, ao invés de abandonar o domínio da produção e sublinhar fontes “pós-modernas” de atitudes e comportamentos (ex. raça, gênero, estilo de vida), deve-se reconhecer que o mercado de trabalho é mais organizado e pode ser mais adequadamente explicado no nível micro das ocupações (GRUSKY; GALESCU, 2005, p. 324; em livre tradução).

A desagregação, assim entendida, permitiria substituir as categorias “nominais” empregadas na análise de classe “convencional” (aquela que utiliza agregados ocupacionais como posições de classe) por categorias que designam *grupos sociais*, que constituem bases mais prováveis para ações associativas (visando, entre outras coisas, ao fechamento das relações sociais). Daí a novidade do texto de Carvalhaes e Souza, em que se propõe a repensar a análise de classe nesses termos.

Por fim, Ian Prates e Rogerio Barbosa, em “Classes sociais e fechamento social: determinantes da desigualdade de renda em São Paulo”, têm como objetivo reconstruir os mecanismos que permitem explicar as variações temporais na desigualdade de renda do trabalho, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), trazendo ao centro da análise um conceito empregado por Weber, qual seja, *fechamento social*, que se refere às estratégias de apropriação por um grupo de agentes de oportunidades de ganhos materiais ou simbólicos, por meio da exclusão ou limitação da participação de outros em uma ordem vigente. Seguindo os passos de autores como Frank Parkin, Raymond Murphy e Randall Collins, que abordaram as relações de classe jogando luz sobre as estratégias de monopolização e/ou de usurpação – por meio das quais os agentes se mobilizam para restringir ou, ao contrário, ampliar o acesso a recursos socialmente valorizados –, os autores sugerem um enfoque semelhante para desvendar as causas da relativa homogeneização da renda do

trabalho na RMSP, nos últimos anos. Trata-se, enfim, de uma abordagem inovadora, no sentido de ir além da descrição dos padrões persistentes de desigualdade produzidos pelas relações de classe, buscando revelar seus *mecanismos causais* subjacentes.

Conclui-se: o conjunto das contribuições aqui reunidas evidencia a *polissemia* do conceito de classe (e seus derivados: classe social, posição de classe, localização de classe, etc.). “Classe” diz coisas muito diferentes, dependendo da perspectiva empregada. Os debates recentes acerca da participação relativa da “classe média” na estrutura social brasileira são ilustrativos deste ponto: o Brasil é um país de classe média? A resposta a essa questão depende, em grande medida, das definições conceituais e operacionais empregadas (SALATA; SCALON, 2013).

Em uma feliz expressão empregada por Rosemary Crompton (2003, p. 80; grifos colocados), a autora diz que um dos principais (talvez o principal) problemas nessa área de investigação é o seguinte: “*given their very different definitions and theoretical approaches, different academics argue past, rather than, with each other [...]*”. Se as contribuições a seguir ensinam algo – e estou certo disso – é que os debates no campo da análise de classe serão mais frutíferos se formos capazes de compreender a diversidade de enfoques nele existentes e, então, estabelecer diálogos significativos que nos permitam refletir sobre os potenciais e limites de cada um deles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, C.; SCALON, M. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BENNETT, T. et al. *Culture, class distinction*. Nova Iorque, Abingdon: Routledge, 2009.
- BERTONCELO, E. *Classes sociais e estilos de vida na sociedade brasileira*. 2010. 261 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- _____. Classes e práticas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 81, p. 183-211, 2013.
- BOITO JR., A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 57-73, 2007.
- BOITO JR., A.; GALVÃO, A. (Org.). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CROMPTON, R. *Class and stratification: an introduction to current debates*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2003.
- DAVIS, K.; MOORE, W. Some principles of stratification. In: SCOTT, J. (Org.). *Class – critical concepts*. Londres/Nova Iorque: Routledge, [1945] 1996.
- GOLDTHORPE, J.; MARSHALL, G. The promising future of class analysis. In: MARSHALL, G. *Repositioning class: social inequality in industrial societies*. Londres: Sage, [1992] 1997.
- GRUSKY, D.; GALESCU, G. Is Durkheim a class analyst? In: ALEXANDER, J.; SMITH, P. (Org.). *The Cambridge companion to Durkheim*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- OFFE, K. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, n. 52, p. 817-868, 1985.
- OLIVEIRA, F. O avesso do avesso. In: RIZEK, C.; OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. (Org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PARKIN, F. Estratificação social. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- POULANTZAS, N. *Class in contemporary capitalism*. Londres: New Left Books, 1979.
- PULICI, C. O gosto dominante como gosto tradicional. *Novos Estudos Cebrap*, n. 91, p. 123-139, 2011.
- RIBEIRO, C. A. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2007.
- _____. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados*, n. 54, p. 41-87, 2011.
- _____. Quatro décadas de mobilidade social. *Dados*, v. 3, n. 55, p. 641-679, 2012.
- RIBEIRO, C. A.; VALLE, N. Cor, educação e casamento: tendências de seletividade marital (1960-2000). *Dados*, n. 52, p. 7-51, 2009.
- SALATA, A.; SCALON, M. The formation of the middle class in Brazil: history and prospects. In: PEILIN, Li et al. *Handbook on social stratification in the BRIC countries*. Singapura; Nova Jersey; Londres: World Scientific Publications, 2013.
- SANTOS, J. *Estrutura de posições de classes no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ; UCAM, 2002.
- _____. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados*, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005.
- _____. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. *Dados*, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.

- _____. Desigualdade de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 75, p. 28-55, 2011.
- SCALON, M.; RIBEIRO, C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados*, n. 44, p. 53-96, 2001.
- SHILS, E. *Center and periphery: essays in macro-sociology*. Chicago, University of Chicago Press, 1975.
- SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, P.; RIBEIRO, C.; CARVALHAES, F. Desigualdades de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 73, p. 77-99, 2010.
- WRIGHT, E. O. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. Foundations of a neomarxist class analysis. In: WRIGHT, E. O. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.